

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020	15
Relatório da administração	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 9º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Bauru - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada, "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Procedimento Arbitral

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 12.c às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento, pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A. (anteriormente denominada OAS S.A.), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral e foram apresentadas defesas pelas partes e determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para prolação de decisão arbitral, a qual, em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem (oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha), houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito. Dessa forma, houve a suspensão do prazo para apresentação da sentença arbitral, a qual foi proferida em 29/03/2021, na forma de sentença arbitral parcial com valores envolvidos ainda em apuração, sujeitos a avaliação e perícia. Dessa forma, até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, mantém registrada parcela do processo arbitral com probabilidade de perda provável e realizou as divulgações referentes às perdas possíveis e aos pleitos solicitados pela Companhia, por considerar a melhor estimativa existente no momento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8 – “Intangível”, a Companhia possui montantes significativos de ativos não financeiros relacionados aos contratos de concessão, que representam aproximadamente 74% do total dos ativos em 31 de dezembro de 2020. Esses valores estão diretamente relacionados aos investimentos realizados pela Companhia na concessão das operações da Rodovia Raposo Tavares. Em 31 de dezembro de 2020, a situação financeira da Companhia, atrelada à redução econômica do Produto Interno Bruto do Brasil, eram indicativos de que o valor contábil desses ativos pudesse exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível.

Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis. Além disso, na determinação das premissas utilizadas pela administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis. Também revisamos as principais premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos

a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais conservador e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um ambiente mais conservador.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, é aceitável no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5 – “Impostos, taxas e contribuições”, item (b), a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 369.154 mil, provenientes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de geração de lucros tributáveis futuros.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria do exercício de 31 de dezembro de 2020, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas em avaliação econômico-financeira, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a suficiência da projeção de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados poderiam ser utilizados, incluindo as projeções operacionais, financeiras, dados macroeconômicos, do setor e de participantes de mercado, e efetuamos análise de sensibilidade das premissas mais significativas utilizadas. Envolvemos também os nossos especialistas em tributos nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos, na análise da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021.



Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	375.706	21.787
Contas a receber	4	27.193	22.998
Estoques		2.004	2.104
Tributos a recuperar	5.a	1.152	1.899
Adiantamentos		4.858	2.164
Partes relacionadas	6	115	521
Total do ativo circulante		<u>411.028</u>	<u>51.473</u>
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos ativos	5.b	369.154	77.715
Depósitos judiciais	12.c	19.637	19.047
Outros		9	9
Imobilizado	7	6.170	3.806
Intangível	8	<u>2.303.470</u>	<u>2.325.896</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.698.440</u>	<u>2.426.473</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>3.109.469</u></u>	<u><u>2.477.946</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		28.287	44.694
Empréstimos e financiamentos	9	129.041	140.143
Debêntures	10	127.210	50.586
Tributos a recolher	5.c	4.292	4.464
Obrigações com empregados e administradores		6.289	6.077
Concessão de serviço público	11	1.157	1.099
Partes relacionadas	6	262	4.363
Receita diferida	13	12.697	9.060
Outros		72	865
Total do passivo circulante		<u>309.309</u>	<u>261.351</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	170.607	249.211
Debêntures	10	857.262	937.883
Provisão para riscos processuais	12	82.854	66.887
Receita diferida	13	36.925	39.129
Provisão para manutenção	14	165.977	133.243
Total do passivo não circulante		<u>1.313.625</u>	<u>1.426.353</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.a	1.560.500	1.560.500
Prejuízos acumulados		<u>(734.165)</u>	<u>(937.258)</u>
Total do patrimônio líquido		826.335	623.242
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	15.b	660.200	167.000
Total do patrimônio líquido e AFAC		<u>1.486.535</u>	<u>790.242</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>3.109.469</u></u>	<u><u>2.477.946</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	16	369.620	377.377
Receita de construção	16	95.333	137.131
Custo dos serviços prestados	16	(256.204)	(226.901)
Custo de construção	16	<u>(95.333)</u>	<u>(137.131)</u>
LUCRO BRUTO		<u>113.416</u>	<u>150.476</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	16	(46.269)	(47.065)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	<u>118</u>	<u>375</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>67.265</u>	<u>103.786</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	4.686	7.116
Despesas financeiras	17	<u>(160.296)</u>	<u>(171.267)</u>
		<u>(155.610)</u>	<u>(164.151)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(88.346)	(60.365)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.d	<u>291.439</u>	<u>68.739</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>203.093,36</u>	<u>8.374</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	18	<u>0,030</u>	<u>0,001</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Subtotal</u>	<u>AFAC</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE		1.180.000	(945.632)	234.368	380.500	614.868
Adiantamento para futuro aumento de	16	-	-	-	167.000	167.000
Aumento de capital		380.500	-	380.500	(380.500)	-
Lucro líquido do exercício		-	8.374	8.374	-	8.374
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE		<u>1.560.500</u>	<u>(937.258)</u>	<u>623.242</u>	<u>167.000</u>	<u>790.242</u>
Adiantamento para futuro aumento de	16	-	-	-	493.200	493.200
Lucro líquido do exercício		-	203.093	203.093	-	203.093
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE		<u>1.560.500</u>	<u>(734.165)</u>	<u>826.335</u>	<u>660.200</u>	<u>1.486.535</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	203.093	8.374
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>203.093</u>	<u>8.374</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas		499.993	550.821
Prestação de serviços	16	404.542	413.371
Receita de construção	16	95.333	137.131
Outras receitas	16	118	319
Insumos adquiridos de terceiros		(222.694)	(256.770)
Custos das mercadorias e serviços		(1.491)	(3.026)
Custo de construção	16	(95.333)	(137.131)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(125.679)	(116.566)
Outros custos		(191)	(47)
Valor adicionado bruto		277.298	294.051
Retenções		(119.478)	(105.122)
Depreciação e amortização	7 e 8	(119.478)	(105.122)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		157.820	188.929
Valor adicionado recebido em transferência		4.686	7.116
Receitas financeiras	17	4.686	7.116
Total do valor adicionado a distribuir		162.506	196.045
Distribuição do valor adicionado		162.506	196.045
Pessoal e encargos		33.031	27.500
Remuneração direta		24.909	19.345
Benefícios		6.246	6.529
FGTS		1.698	1.528
Outros		179	98
Impostos, taxas e contribuições		(238.471)	(15.339)
Federais		(270.745)	(47.478)
Estaduais		12.136	12.497
Municipais		20.138	19.642
Remuneração capital de terceiros		164.852	175.510
Juros e variação monetária		156.326	156.589
Aluguéis		4.556	4.243
Outras		3.970	14.678
Remuneração de capital próprio		203.093	8.374
Lucro líquido do exercício		203.093	8.374

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes dos impostos e contribuição social		(88.346)	(60.365)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	7 e 8	119.478	105.122
Baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	94	517
Provisão para manutenção		32.735	14.793
Provisão para riscos processuais, líquidos		15.967	9.105
Variações monetárias e encargos, líquidos		128.356	161.002
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	4	(4.194)	(2.603)
Estoques		99	183
Tributos a recuperar	5	747	(1.181)
Depósitos judiciais		(590)	(109)
Adiantamentos		(2.694)	(99)
Partes relacionadas	6	405	1.097
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		16.407	(3.169)
Obrigações com empregados e administradores		(212)	598
Tributos a recolher		172	369
Partes relacionadas		4.101	(10.394)
Receita diferida		(1.434)	(1.955)
Pagamento de outorga variável	11	(57)	594
Outras obrigações e contas a pagar		793	151
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		221.824	213.656
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(4.108)	(1.308)
Aquisição de intangível		(95.333)	(128.756)
Aplicações financeiras		(15.596)	7.565
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(115.036)	(122.499)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital		493.200	167.000
Captação de empréstimos e financiamentos	9	10.000	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	9 e 10	(154.426)	(137.320)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e	9 e 10	(101.643)	(112.911)
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento		247.131	(83.231)
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		353.918	7.926
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	21.787	13.861
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	375.706	21.787
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		353.918	7.926
		-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 OPERAÇÕES DA COMPANHIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de

dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui capital circulante líquido positivo de R\$101.719 (Capital circulante negativo de R\$209.878 em 31 de dezembro de 2019), principalmente devido aos recursos dos Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC realizados durante o exercício de 2020 de R\$493.200, que contribuiu para a melhora do fluxo de caixa da Companhia.

Em complemento a geração de fluxo de caixa das operações projetado, para a concretização do seu plano de negócio, a Companhia possui dependência de aportes do seu atual acionista.

Até 30 de abril de 2020, a CART era uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR.

Após o cumprimento das condições precedentes, previstas no contrato de compra e venda de ações, incluindo as aprovações dos credores da CART e da Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a INVEPAR vendeu a sua participação na CART para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

Dessa forma, em 30 de abril de 2020 foi realizada a transferência de 100% (cem por cento) das ações de emissão da CART detidas pela INVEPAR para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A..

1.2 EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, houve uma redução de 6,3% no tráfego comparável ao mesmo período do ano anterior, como demonstrado no quadro abaixo:

	2020	2019	Var. %
VEP mil*	48.077	51.118	-5,9%

VEP mil - Veículos equivalentes pagantes expresso em (1.000)*

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas, com resultados que já podem ser verificados neste exercício e que tendem a ser ampliados ao longo dos próximos meses. Ao longo deste período, a administração da Companhia fez alguns avanços nessas frentes e acredita no sucesso de algumas das renegociações em curso.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19, utilizando para isso os meios legais de comunicação previstos na Instrução CVM 552/14, quais sejam Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes, publicados na página de relações com investidores da Companhia e também disponíveis nos websites da CVM e da B3.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia do novo Coronavírus, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos, avisos sonoros e mensagens nos canais digitais da empresa.

Continuamos mantendo o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais, revisando junto aos credores dos termos e condições pactuadas em contratos financeiros, estruturando conversas juntos aos poderes concedentes para reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão e consultando aos assessores legais para acompanhamento de potenciais passivos judiciais.

Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos.

b.1) Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital oriundos dos recebimentos de recursos provenientes do acionista, no montante total de R\$493.200;
- Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para os próximos com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
- Renegociação com fornecedores;
- Foram adotadas medidas oferecidas no ano de 2020 pelo Governo Federal, com relação aos tributos a recolher. A Companhia adotou as medidas de suspensão de recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição Previdenciária Patronal, das competências de março, abril e maio de 2020, cujos pagamentos foram realizados em agosto, outubro e novembro, respectivamente, conforme instrução por meio da Portaria 139, de 03 de abril de 2020 e da Portaria 245, de 15 de junho de 2020 (vide Nota explicativa nº 5.c);
- Ainda, houve ação de postergação de pagamentos junto ao BNDES. Adesão, a partir de 15 de abril de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil. Esta ação emergencial já está regular, com os devidos pagamentos capitalizados e amortizados durante a vigência do contrato (vide Nota explicativa nº 9).

b.2) Avaliação de eventuais soluções para o médio e longo prazo, com potenciais ações que precisam ser estruturadas e aprovadas junto aos *stakeholders*, visando o equilíbrio da situação financeira e da obtenção de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.

- Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão: Por meio de uma atuação setorial, coordenada entre a Companhia, outras empresas de infraestrutura e associações do setor, estão sendo promovidas conversas estruturadas com os poderes concedentes buscando o restabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão em função dos impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus.

Adicionalmente, sob o âmbito regulatório com a agência, a avaliação da Companhia é que os contratos serão reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia, baseado no parecer da PGE (Procuradoria Geral do Estado) CJ/ARTESP n.º 552/2020 de 13/07/2020.

Tendo em vista a queda de sua geração de resultado, a Companhia, como já mencionado anteriormente, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam, preservando a capacidade de continuidade plena dos negócios pelo prazo remanescente da concessão. A Companhia entende que todas essas medidas adotadas são suficientes para preservar o fluxo de caixa operacional e para fazer frente as suas obrigações pelos próximos anos.

Entretanto, até o momento da divulgação dessas demonstrações contábeis, ainda não se tinha certeza sobre o tempo necessário para conter o avanço da doença, especialmente em relação à uma implementação bem sucedida do plano de vacinação contra a COVID-19 no país, e por isso ainda não é possível inferir quanto tempo mais será necessário seguir com as medidas para conter o contágio.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 29 de março de 2021.

2.2 BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota explicativa nº 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa e Aplicação financeira.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real (R\$) de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.3 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4 CONTRATOS DE CONCESSÃO - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R2) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R2) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.5 RECONHECIMENTO DE RECEITA

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento

Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão (IFRIC 12).

Nos exercícios de 2020 e 2019 não houve reconhecimento de margem de construção, os valores de receita e custo são iguais.

c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício

2.7 CONTAS A RECEBER

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A Companhia não constitui provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos mesmos.

2.8 ESTOQUES

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.9 DESPESAS ANTECIPADAS

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10 IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 INTANGÍVEL

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.12 AJUSTE PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14 TRIBUTAÇÃO

As receitas da companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas			
	Sigla	Pedágio	Receitas Financeiras	Receitas Acessórias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	0,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3%	4%	3%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	-	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime cumulativo para a apuração de PIS e COFINS sobre as receitas operacionais. Conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

Para apuração do PIS e COFINS sobre as receitas financeiras é adotado o regime não cumulativo.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas:

- (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e

- (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade pagava contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definitida foram descontinuados devido a mudança do controle acionário.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.16 AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são

reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

2.18 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.19 RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

2.20 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA E DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.21 JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

b.1) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos

adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b.2) Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

b.3) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

b.4) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

b.5) Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.22 NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS AINDA NÃO ADOTADOS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, conforme segue:

- (a) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º. de janeiro de 2021.
- (b) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- (c) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- (d) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- (e) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- (f) IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	5.237	3.313
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	<u>370.469</u>	<u>18.474</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>375.706</u></u>	<u><u>21.787</u></u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 98,53% em 31 de dezembro de 2019).

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
AVI (*)	20.652	21.128
Vale pedágio	1.289	854
Locação de fibra óptica	4.002	446
Outros	<u>1.250</u>	<u>570</u>
Total	<u><u>27.193</u></u>	<u><u>22.998</u></u>

(*) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 25 dias.

	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos		
			< 30 dias	31 - 60 dias	91 - 120 dias
31 de dezembro de 2020	27.193	27.193	-	-	-
31 de dezembro de 2019	22.998	22.964	2	3	29

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	1.100	1.899
Outros	<u>52</u>	<u>-</u>
Total circulante	<u><u>1.152</u></u>	<u><u>1.899</u></u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal	315.938	105.738
Base negativa	114.015	38.065
Total do ativo fiscal diferido	429.953	143.803
Amortização de direito de concessão	(42.306)	(44.624)
Custo de Captação	(9.088)	(11.543)
Margem de construção	(7.706)	(8.128)
Margem de construção (Lei 12.973)	(1.699)	(1.793)
Total do passivo fiscal diferido	(60.799)	(66.088)
Total	369.154	77.715
Impostos diferidos – Ativo	429.953	143.803
Impostos diferidos – Passivo	(60.799)	(66.088)

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

Dessa forma, a Companhia reconheceu no exercício de 2020, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos não constituído até 31/12/2019 no montante de R\$ 262.151, bem como, reconheceu o montante de R\$ 23.999 referente ao exercício de 2020, totalizando um montante de R\$ 286.150.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	31/12/2020
2022	32.951
2023 a 2025	121.209
2026 a 2028	275.793
Total dos ativos fiscais diferidos	429.953
Total dos passivos fiscais diferidos	(60.799)
Total dos impostos diferidos	369.154

c) Tributos a recolher

	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	1.654	1.386
ISS	2.334	2.425
IRRF e CSRF	37	371
INSS sobre terceiros	267	282
Total circulante	4.292	4.464

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(88.346)	(60.365)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	30.038	20.524
Adições permanentes	(1.044)	(167)
Adições/exclusões temporárias	(23.852)	(6.414)
Imposto de renda e contribuição social constituídos	286.297	63.825
Imposto de renda e contribuição social não constituídos	-	(9.029)
Imposto de renda e contribuição social resultado	291.439	68.739

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com

que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

31/12/2020					31/12/2020
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Passivo	Resultado
			Circulante	Circulante	Despesa
INVEPAR (i)	Compartilhamento de despesas	Controladora	-	-	(7.880)
PATRIA (ii)	Compartilhamento de despesas	Controladora	-	-	(4.700)
EIXO (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	59	132	(796)
ENTREVIAS (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	56	130	(677)
Total			115	262	(14.053)

31/12/2019					31/12/2019
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Passivo	Resultado
			Circulante	Circulante	Despesa
GRU AIRPORT (i)	Compartilhamento de despesas	Coligada	521	-	-
INVEPAR (i)	Compartilhamento de despesas	Controladora	-	4.363	(24.125)
			521	4.363	(24.125)

(i) Controladora/coligada da Companhia até 30/04/2020.

(ii) Partes relacionadas do atual controlador da Companhia.

Remuneração da Administração

Em 10 de Agosto de 2020, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$6.000

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

Composição	31/12/2020	31/12/2019
Pró-labore	1.083	728
Bônus variáveis	1.058	644
Encargos	457	321
Outros benefícios	119	156
Total	2.717	1.849

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/2020
Custo						
Instalações	25	165	2	-	-	167
Máquinas e equipamentos	10	6.482	855	-	-	7.337
Móveis e utensílios	10	4.149	102	-	-	4.251
Veículos	5	3.846	408	(165)	-	4.089
Equipamentos de informática	5	40.759	2.810	-	-	43.569
Ferramentas e aparelhos	5	331	-	-	-	331
		55.732	4.178	(165)	-	59.745
Depreciação acumulada					-	
Instalações		(51)	(7)	-	-	(58)
Máquinas e equipamentos		(5.893)	(392)	-	-	(6.285)
Móveis e utensílios		(3.807)	(76)	-	-	(3.883)
Veículos		(3.404)	(139)	71	-	(3.472)
Equipamentos de informática		(38.444)	(1.106)	-	-	(39.550)
Ferramentas e aparelhos		(327)	-	-	-	(326)
		(51.926)	(1.720)	71	-	(53.575)
Imobilizado líquido		3.806	2.459	(94)	-	6.170

	Vida útil em anos	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/2019
Custo						
Instalações	25	165	-	-	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.396	86	-	-	6.482
Móveis e utensílios	10	4.025	124	-	-	4.149
Veículos	5	3.621	-	(123)	348	3.846
Equipamentos de informática	5	39.820	939	-	-	40.759
Ferramentas e aparelhos	5	329	2	-	-	331
		54.356	1.151	(123)	348	55.732
Depreciação acumulada						
Instalações		(45)	(7)	-	-	(51)
Máquinas e equipamentos		(5.491)	(402)	-	-	(5.893)
Móveis e utensílios		(3.721)	(87)	-	-	(3.807)
Veículos		(3.226)	(300)	123	-	(3.404)
Equipamentos de informática		(36.948)	(1.496)	-	-	(38.444)
Ferramentas e aparelhos		(322)	(4)	-	-	(327)
		(49.753)	(2.296)	123	-	(51.926)
Imobilizado líquido		4.603	(1.145)	-	348	3.806

(*) O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do

correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/2020
Custo						
Software	5	10.713	1.713	-	-	12.426
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.427.435	93.620	-	-	2.521.055
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
		3.072.168	95.333	-	-	3.167.501
Software		(9.990)	(535)	-	-	(10.525)
Marcas e patentes		(18)	(2)	-	-	(20)
Direito de concessão		(508.765)	(96.089)	-	-	(604.854)
Outorga fixa		(227.499)	(21.134)	-	-	(248.633)
Amortização acumulada		(746.272)	(117.760)	-	-	(864.032)
Intangível líquido		2.325.896	(22.427)	-	-	2.303.470

	Vida útil em anos	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/2019
Custo						
Software	5	10.713	-	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.285.330	142.984	(531)	(348)	2.427.435
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
		2.930.063	142.984	(531)	(348)	3.072.168
Amortização						
Software		(9.417)	(573)	-	-	(9.990)
Marcas e patentes		(16)	(2)	-	-	(18)
Direito de concessão		(427.661)	(81.118)	14	-	(508.765)
Outorga fixa		(206.366)	(21.133)	-	-	(227.499)
Amortização acumulada		(643.460)	(102.826)	14	-	(746.272)
Intangível líquido		2.286.603	40.158	(517)	(348)	2.325.896

(*) O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente

desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2019	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2020
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	81.957	10.000	(53.914)	(9.327)	14.073	-	24.619	67.409
Sênior - BNDES - IPCA	58.186	-	(42.949)	(22.870)	23.335	3.749	42.182	61.633
Total	140.143	10.000	(96.863)	(32.197)	37.408	3.749	66.801	129.041
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	134.256	-	-	-	-	-	(24.619)	109.637
Sênior - BNDES - IPCA	186.259	-	-	-	-	-	(42.182)	144.077
Total	320.515	-	-	-	-	-	(66.801)	253.714
Total geral	460.658	10.000	(96.863)	(32.197)	37.408	3.749	-	382.755
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(71.304)							(83.108)
Dívida líquida	389.354							299.647

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2020
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	22.146
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	58.886
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	86.007
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	10.006
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	15/03/2023	47.191
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	17/03/2025	158.520
Subtotal				382.755
Aplicações financeiras vinculadas				(83.108)
Empréstimos e financiamentos líquidos				299.647

Parcelas do circulante	129.041
Parcelas do não circulante	170.607

	31/12/2018	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2019
		Principal	Juros				
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	81.741	(80.949)	(22.326)	22.115	555	80.821	81.957
Sênior - BNDES - IPCA	59.417	(41.371)	(22.060)	20.543	2.646	39.011	58.186
Total	141.158	(122.320)	(44.386)	42.658	3.201	119.832	140.143
Passivo não circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	212.679	-	-	-	2.398	(80.821)	134.256
Sênior - BNDES - IPCA	218.100	-	-	-	7.170	(39.011)	186.259
Total	430.779	-	-	-	9.568	(119.832)	320.515
Total geral	571.937	(122.320)	(44.386)	42.658	12.769	-	460.658
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(72.473)						(71.304)
Dívida líquida	499.464						389.354
Objeto		Indexador	Juros	Vencimento			31/12/2019
BNDES		TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021			63.023
BNDES		TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023			72.261
BNDES		TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025			94.421
BNDES		TRB**	2,45% a.a.	15/03/2023			56.215
BNDES		TRB**	2,45% a.a.	17/03/2025			174.738
Subtotal							460.658
Aplicações financeiras vinculadas							(71.304)
Empréstimos e financiamentos líquidos							389.354
Parcelas do circulante							140.143
Parcelas do não circulante							249.211

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020. As aplicações financeiras no montante de R\$ 83.108 em 31 de dezembro de 2020 (R\$71.304 em 31 de dezembro de 2019) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado				
Compromissadas com BNDES	99,50%	CDI	83.108	71.304

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 99,50% do CDI (em 31 de dezembro de 2019, a taxa média de 95,00% do CDI).

(**) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA.

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. mais TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Em dezembro de 2020 foi liberado a parcela faltante do total contratado no valor de R\$10.000 com data de vencimento para 17/03/2025.

Desta forma, o total crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas.

Ao todo a empresa dispõe de 34 subcréditos, dos quais 22 são indexados a TJLP + juros de 2,45% a.a. e 12 indexados a IPCA + juros de 2,45% a.a.+TR (que variam entre 6,16 a 7,28% a.a.).

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, anualmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento). Em 31 de dezembro de 2020 o índice foi 47,8% (31,9% em 31 de dezembro de 2019)
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2. Em 31 de dezembro de 2020 o índice foi 2,47.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

10. DEBÊNTURES

	31/12/2019	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2020
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	57.806	-	(57.563)	(69.446)	52.847	18.770	132.863	135.277
Custos a amortizar	(7.220)	7.220	-	-	-	-	(8.067)	(8.067)
Total	50.586	7.220	(57.563)	(69.446)	52.847	18.770	124.796	127.210
Passivo não circulante								
Debêntures	965.236	-	-	-	-	43.552	(132.863)	875.925
Custos a amortizar	(26.730)	-	-	-	-	-	8.067	(18.663)
Total	938.506	-	-	-	-	43.552	(124.796)	857.262
Total geral	989.092	7.220	(57.563)	(69.446)	52.847	62.322	-	984.472
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(624)							-
Dívida líquida	988.468							984.472

	31/12/2018	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2019
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	23.007	-	(15.000)	(68.525)	61.716	18.593	38.015	57.806
Custos a amortizar	(6.118)	5.598	-	-	-	520	(7.220)	(7.220)
Total	16.889	5.598	(15.000)	(68.525)	61.716	19.113	30.795	50.586
Passivo não circulante								
Debêntures	984.104	-	-	-	-	19.147	(38.015)	965.236
Custos a amortizar	(33.950)	-	-	-	-	-	7.220	(26.730)
Total	950.154	-	-	-	-	19.147	(30.795)	938.506
Total geral	967.043	5.598	(15.000)	(68.525)	61.716	38.260	-	989.092
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(7.020)							(624)
Dívida líquida	960.023							988.468

(*) As aplicações financeiras constituídas no ano de 2020 foram resgatas em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 624 em 31 de dezembro de 2019). As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples(**), que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 99,50% do CDI (em 31 de dezembro de 2019, a taxa de 95,00% do CDI).

(**) A cada início de trimestre, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado				
Compromissadas com Debêntures	99,50%	CDI	-	624
Objeto	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2020</u>
-				-
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	512.311
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	498.891
(-) Custos de transação - Debêntures				(26.730)
Subtotal				984.472
(-) Aplicações financeiras vinculadas				-
Debêntures líquidas				984.472
Parcelas do circulante				127.210
Parcelas do não circulante				857.262
Objeto	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2019</u>
-				-
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	518.317
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	504.725
(-) Custos de transação - Debêntures				(33.950)
Subtotal				989.092
(-) Aplicações financeiras vinculadas				(624)
Debêntures líquidas				988.469
Parcelas do circulante				50.586
Parcelas do não circulante				937.883

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$26.730 (R\$33.950 em 31 de dezembro de 2019).

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou o rating da emissora e o rating atribuído às Debêntures CART, ambos passando de ‘brA-’ para ‘brBB-’ em Escala Nacional Brasil, permanecendo ambos com CreditWatch negativo. Esta ação de rating decorreu do rebaixamento da classificação de risco da INVEPAR, que passou de ‘B’ para ‘CCC+’ na Escala Global e de ‘brA-’ para ‘brBB-’ na Escala Nacional Brasil.

Neste sentido a Companhia convocou, em comum acordo com o agente fiduciário, uma Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) para o dia 16 de abril de 2019, de forma a deliberarem sobre a declaração, ou não, de vencimento antecipado da Emissão. Os debenturistas da 2ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, mas não houve quórum de aprovação dos debenturistas da 1ª série. Com isso, houve suspensão da AGD que foi retomada no dia 5 de junho de 2019. Nessa data, os debenturistas da 1ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, com as seguintes condições:

- a) A CART pagou aos debenturistas um prêmio (flat) sobre o saldo atualizado das Debêntures na data da aprovação do *Waiver*; e
- b) A cada início de trimestre após a realização da AGD, a CART se comprometeu a aportar em conta corrente cedida fiduciariamente aos Debenturistas no âmbito da Emissão, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (Valor Nominal Unitário + Remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão.

As aprovações para não declaração do vencimento antecipado foram através da renúncia temporária da cláusula de rebaixamento de rating pelo prazo de 24 meses, com pagamento de “waiver fee” e sem repactuação de taxas.

As Debêntures CART possuem garantias compartilhadas com dívidas contraídas pela CART junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.157 (R\$1.099 em 31 de dezembro de 2019).

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 12.079 (R\$ 11.798 em 31 de dezembro de 2019) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$43.400. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$160.694. Vigência de 12 meses, endossada por mais 92 dias após o fim da vigência.

12. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

Natureza do risco	31/12/2020		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	9.210	18.421	27.631
Cíveis	6.757	20.767	27.523
Tributária	-	737	737
Procedimentos Arbitrais	66.260	102.749	169.009
Ambiental	627	3.200	3.828
Total	82.854	145.874	228.728

Natureza do risco	31/12/2019		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	7.614	20.831	28.445
Cíveis	5.016	21.180	26.196
Tributário	-	592	592
Procedimentos Arbitrais	54.257	119.742	173.999
Ambiental	-	32.547	32.547
Total	66.887	194.892	261.779

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	31/12/2019	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2020
Trabalhistas	7.614	1.431	(831)	996	9.210
Cíveis	5.016	4.352	(2.558)	574	7.384
Procedimentos Arbitrais	54.257	-	-	12.003	66.260
Total	66.887	5.783	(3.389)	13.573	82.854

Natureza do risco	31/12/2018	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2019
Trabalhistas	4.914	4.391	(1.961)	270	7.614
Cíveis	2.733	6.824	(4.905)	364	5.016
Procedimentos Arbitrais	50.125	4.132	-	-	54.257
Total	57.772	15.347	(6.866)	634	66.887

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário, vide detalhamento abaixo:

Processo nº 1005951-89.2015.8.26.0047 - Juízo 2ª Vara Cível da Comarca de Assis – Ação Civil Pública proposta em 16.09.2015 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Concessionária Auto Raposo Tavares - CART com pedido de tutela antecipada, pleiteando a realização de obras com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo. Foi proferida Sentença Parcialmente Procedente condenando a CART em obrigações de fazer e de não fazer, nos limites da área sob sua concessão, bem como ao pagamento de indenização em R\$500 (quinhentos mil reais), correspondente aos danos ambientais que se mostraram não restauráveis nas áreas de preservação permanente, corrigida monetariamente a ser recolhida ao Fundo de Defesa dos Interesses Difusos. O processo encontra-se em julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas partes. O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda provável é de R\$ 537.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A. (anteriormente denominada OAS S.A.), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26/01/2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

Assim, considerando a necessidade de decisão por parte da câmara arbitral acerca da mencionada ordem judicial, houve a suspensão do prazo para a apresentação da sentença arbitral, a qual foi proferida em 29/03/2021, na forma de sentença arbitral parcial com valores envolvidos ainda em apuração, sujeitos a avaliação e perícia.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da Metha de R\$ 66.260 como provável, reconhecidos como direito de concessão, R\$ 95.456 como possível e R\$ 316.546, como remoto. Considerando que a referida sentença ainda é parcial, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 31 de dezembro de 2020.

d) Depósitos Judiciais

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$4.441 (em 31 de dezembro de 2019, o montante é de R\$1.746).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entrarmos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante é de R\$ 8.417 (em 31 de dezembro de 2019, o montante é de R\$17.301).

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de dezembro de 2020 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 765, ambiental no montante de R\$ 64 e regulatória no montante de R\$ 5.950.

13. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

<u>Receita de Telecomunicação</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	12.697	9.060
Não Circulante	36.925	39.129
Total Receita Diferida	<u>49.623</u>	<u>48.188</u>

14. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são:

<u>Provisão para Manutenção</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo Não circulante	133.243	32.735	165.978
Total	<u>133.243</u>	<u>32.735</u>	<u>165.978</u>
<u>Provisão para Manutenção</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo Não circulante	118.450	14.793	133.243
Total	<u>118.450</u>	<u>14.793</u>	<u>133.243</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.560.500, representados por 6.864.138.862 ações, sendo 3.432.069.431 ações preferenciais e 3.432.069.431 ações ordinárias, integralmente subscritas.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionista</u>	<u>31/12/2020</u>
Infraestrutura Brasil Holding II S.A.	<u>660.200</u>
	<u>660.200</u>
<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2019</u>
INVEPAR	<u>167.000</u>
	<u>167.000</u>

Durante o exercício de 2020 e de 2019, a controladora efetuou adiantamentos para futuro aumento de capital que totalizaram R\$493.200 e R\$167.000, respectivamente. O valor de adiantamentos para futuro aumento de capital foi realizado pela controladora INVEPAR até 07 de abril de 2020.

Data da integralização	Valor – R\$ mil	Data da integralização	Valor – R\$ mil
07/01/2020	8.000	26/02/2019	2.000
13/01/2020	15.000	28/02/2019	500
13/03/2020	63.000	01/03/2019	3.500
07/04/2020	21.000	15/03/2019	66.000
03/07/2020	29.000	21/03/2019	3.000
06/10/2020	12.500	29/03/2019	3.000
18/11/2020	344.700	12/04/2019	8.000
		24/04/2019	5.000
		29/04/2019	19.000
		27/05/2019	20.000
		17/06/2019	9.000
		04/07/2019	23.000
		15/07/2019	5.000
Total	<u>493.200</u>	Total	<u>167.000</u>

16. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2020 e 2019 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de pedágio	387.081	396.103
Receitas acessórias	17.460	17.268
Impostos, deduções e cancelamentos	<u>(34.921)</u>	<u>(35.994)</u>
Receita de serviços	369.620	377.377
Receita de construção	95.333	137.131
Receita total	<u>464.953</u>	<u>514.508</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(38.929)	(32.437)
Conservação e manutenção	(37.555)	(42.842)
Despesas administrativas	(30.750)	(31.841)
Operacionais	(29.239)	(29.568)
Outorga variável	(12.136)	(12.394)
Custo de construção	(95.333)	(137.131)
Provisão de manutenção	(32.735)	(14.792)
Depreciação e amortização	(119.478)	(105.122)
Perda no recebimento de crédito e riscos	(1.651)	(4.971)
Outras receitas operacionais	118	375
	<u>(397.688)</u>	<u>(410.724)</u>
Custo de serviços prestados	(256.204)	(226.901)
Custo de construção	(95.333)	(137.131)
Despesas gerais e administrativas	(46.269)	(47.065)
Outras receitas operacionais	118	375
	<u>(397.688)</u>	<u>(410.724)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	4.558	6.517
Outros	128	599
Total receitas financeiras	<u>4.686</u>	<u>7.116</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(1.014)	(13.676)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(29.216)	(41.800)
Variação monetária passiva	(66.071)	(47.603)
Juros sobre debêntures	(61.039)	(67.836)
Outros	(2.956)	(352)
Total despesas financeiras	<u>(160.296)</u>	<u>(171.267)</u>
Total resultado financeiro	<u>(155.610)</u>	<u>(164.151)</u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	101.546	101.546	203.093	4.187	4.187	8.374
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	3.432.069	3.432.069	6.864.139	3.432.069	3.432.069	6.864.139
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	0,030	0,030		0,001	0,001	

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia ampliações	43.400	16/06/2020	16/06/2021	Fator	(a)
Garantia funções operacionais	160.694	16/06/2020	16/06/2021	Fator	(b)
Responsabilidade civil	60.000	01/05/2020	06/07/2021	HDI Global	(c)
Riscos operacionais	100.000	01/05/2020	06/07/2021	Tokio Marine	(d)
D & O	30.000	20/07/2020	20/07/2021	Austral	-
Auto Frota	Tabela FIPE	01/05/2020	07/07/2021	Porto Seguro	-
Drone	990	19/11/2020	19/11/2021	Essor	-
Garantia judicial execução fiscal	774	13/07/2020	13/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	308	16/07/2020	16/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	3.874	21/07/2020	21/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	363	03/08/2020	03/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	573	12/08/2020	12/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	211	17/08/2020	17/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	604	19/08/2020	19/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	443	28/08/2020	28/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	65	17/09/2020	17/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	171	22/09/2020	22/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	595	28/09/2020	28/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	306	29/10/2020	29/10/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	308	04/11/2020	04/11/2025	Pottencial	-

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente conforme demonstração abaixo:

Instrumentos financeiros	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	375.706	-	21.787	-
Contas a receber	-	27.193	-	22.998
Partes relacionadas	-	-	-	521
Total do ativo	375.706	27.193	21.787	23.519
Passivos				
Fornecedores	-	28.287	-	44.694
Partes relacionadas	-	262	-	4.363
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.284.120	-	1.377.823
Concessão de serviço público	-	1.157	-	1.099
Obrigações com empregados e administradores	-	6.289	-	6.077
Total do passivo	-	1.320.115	-	1.434.056

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

c) Exposição a riscos de créditos

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta valores a receber de R\$27.193 (R\$22.998 em 31 de dezembro de 2019), sendo 80,7% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

d) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

31 de dezembro de 2020	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	213.510	1.070.609	-	1.284.120
Fornecedores	28.287	-	-	28.287
Concessão de serviço público	1.157	-	-	1.157
31 de dezembro de 2019	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	190.729	859.306	327.788	1.377.823
Fornecedores	44.694	-	-	44.694
Concessão de serviço público	1.099	-	-	1.099

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	3,25%	2,44%	1,63%
TJLP (% ao ano)	4,60%	5,75%	6,90%
IPCA Passivo (% ao ano)	3,34%	4,18%	5,01%

Os indicadores utilizados para 2021 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2020, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Ativo financeiro

Operação	Risco/ indexador	RESULTADO			
		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Equivalente de caixa	DI	375.706	12.210	9.158	6.105
		375.706	12.210	9.158	6.105

Passivo financeiro

Operação	Risco/ indexador	RESULTADO			
		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
BNDES	TJLP	177.046	8.144	10.180	12.216
BNDES	IPCA	205.709	6.871	8.588	10.306
Debênture (**)	IPCA	984.472	32.881	41.102	49.322
Total		1.367.227	47.896	59.870	71.844
Aplicações financeiras vinculadas (*)	DI	(83.108)	(2.701)	(2.026)	(1.351)
Total		1.284.119	45.195	57.844	70.494

(*) Registrado no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 9 e 10)

(**) Inclui Custos a Amortizar

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.284.120	1.377.823
Caixa e equivalentes de caixa	(375.706)	(21.787)
Dívida líquida	908.414	1.356.036
Patrimônio líquido	1.486.535	790.242
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.394.949	2.146.278

h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Passivos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	375.706	-	375.706	-
Total	375.706	-	375.706	-
Empréstimos e financiamentos	299.647	-	299.364	-
Debêntures	984.472	-	984.472	-
Concessão de serviço público	1.157	-	1.157	-
Total	1.285.276	-	1.284.992	-

Mensurados a valor justo Ativos e Passivos financeiros	31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	21.787	-	21.787	-
Total	21.787	-	21.787	-
Empréstimos e financiamentos	389.354	-	389.354	-
Debêntures	988.469	-	988.469	-
Concessão de serviço público	1.099	-	1.099	-
Total	1.378.922	-	1.378.922	-

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

21.EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aplicação financeira vinculada (Debêntures)

Em 08 de Janeiro de 2021, a Companhia aportou R\$ 50.785 na conta aplicação financeira vinculada das debêntures em cumprimento a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures quitou a parcela vincenda nesta data de principal e juros do financiamento obtido junto ao BNDES na modalidade IPCA.

b) Amortização de financiamentos (BNDES)

Em 15 de março de 2021, a Companhia quitou a parcela vincenda nesta data de principal e juros do financiamento obtido junto ao BNDES na modalidade IPCA.

c) AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2021, adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 167.000 realizados durante o exercício de 2019 foram aprovados pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP. Este adiantamento foi concedido em caráter irrevogável e aprovado pelo acionista para sua integralização.

A quantidade de ações desse montante representa 1.324.345.77, sendo 662.172.879 ON e 662.172.878 PN.



2020

Relatório da Administração



Índice

A COMPANHIA	1
APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA	1
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
DESTAQUES DO ÚLTIMO ANO	2
SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS	3
PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA.....	3
ÉTICA E COMPLIANCE	4
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	5
MEIO AMBIENTE.....	5
RESULTADOS	7
CONTEXTO ECONÔMICO	7
RESULTADOS OPERACIONAIS	9
RESULTADOS FINANCEIROS.....	10
FLUXO DE CAIXA	14
ENDIVIDAMENTO	14
INVESTIMENTOS	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
PERSPECTIVAS E PLANOS.....	16
AUDITORES INDEPENDENTES	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
ANEXOS	17

A Companhia

APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. – IBH II, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

A CART detém, até 2039, a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.



As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e com o Norte do Paraná, importante para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Sobre a IBH II

A IBH II, controlada pelo Patria Infraestrutura III – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é um dos maiores fundos de investimentos em Infraestrutura do Brasil. O Pátria Investimentos é líder em gestão de ativos alternativos na América Latina, com mais de 30 anos de atuação nas áreas de Private Equity, Infraestrutura, Real Estate e Crédito e conta com R\$ 72 bilhões sob sua gestão.

Presente nos principais centros financeiros no mundo, possui 10 escritórios distribuídos nos continentes: americano, europeu e asiático.

Desde 2010, o Pátria Investimentos conta com a BlackStone como sócio, um dos maiores fundos de investimento do mundo, com USD 619 bilhões em investimentos.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Vivemos um ano atípico e desafiador. A pandemia provocada pelo novo Coronavírus mudou nossas vidas. Todavia, mudanças trazem grandes transformações, oportunidades e aprendizados. E é com esse pensamento que olhamos para frente com bastante otimismo e confiantes de que sairemos fortalecidos e preparados para os novos desafios que o futuro nos reserva.

Em 2021, continuaremos operando as rodovias sob nossa concessão com excelência, prezando pela qualidade e segurança dos nossos usuários.

DESTAQUES DO ÚLTIMO ANO

Prêmio ARTESP

Realizado anualmente desde 2014, o Prêmio Concessionária do Ano é uma iniciativa da ARTESP alinhado com sua missão e seu compromisso em zelar pela qualidade e eficiência dos serviços prestados pelas Concessionárias.

O prêmio é dividido em 7 categorias, sendo elas: Concessionária do Ano, Relacionamentos com a Sociedade, Eficiência nos Serviços Operacionais, Melhorias na Rodovia, Segurança Rodoviária, Escolha do Usuário e Inovação.

A CART foi finalista em 4 categorias:

- Ø Inovação - 1º lugar;
- Ø Concessionária do Ano - 2º lugar
- Ø Eficiência nos Serviços Operacionais - 2º lugar
- Ø Segurança Rodoviária - 2º lugar

Inovação

Em 2020, a CART foi vencedora da premiação patrocinada pela ARTESP, na categoria Inovação. Por esta e outras conquistas, a CART permanece na busca de novas soluções, que possam contribuir para o negócio da empresa, visando sempre a construção de processos com impactos positivos para a sociedade. Neste ano, foi criado um programa denominado INOVACART, que promove a busca de soluções, sendo por meio de projetos sustentáveis, que visam menos impactos ao meio ambiente, com foco em segurança viária, bem como o desenvolvimento de uma cultura de coletividade para seus colaboradores e parceiros.

Programa ESG

Em alinhamento com o seu novo grupo controlador e às melhores práticas de mercado, em 2020 a CART deu início ao “Programa ESG”, no intuito de unir e somar esforços nas ações relacionadas aos temas: Ambiental, Social e Governança; (ESG, na sigla em inglês, como são conhecidas internacionalmente).

Com o Programa, a CART consolida a sua visão de Desenvolvimento Sustentável, colocando o ESG no centro da sua estratégia corporativa.

Em 2020, as ações em torno do Programa consistiram em:

- Ø Treinamento e capacitação do time diretamente ligado às 3 dimensões do ESG;
- Ø Palestra sobre o tema “Sustentabilidade Empresarial” disponível a todos os colaboradores;
- Ø Definição de KPIs, métricas e coleta de dados para diagnóstico inicial de performance de cada uma das dimensões.

O diagnóstico inicial contribuirá para que a CART compreenda quais são as suas fortalezas e as oportunidades de melhoria e direcione ações mais eficazes para a redução dos impactos negativos do seu negócio no meio ambiente, colaboradores, cadeia de fornecedores, clientes, sociedade, e demais stakeholders.

Programa de Proteção à Fauna

Implantação de estruturas de travessia e de ações para redução de atropelamentos, preservação da

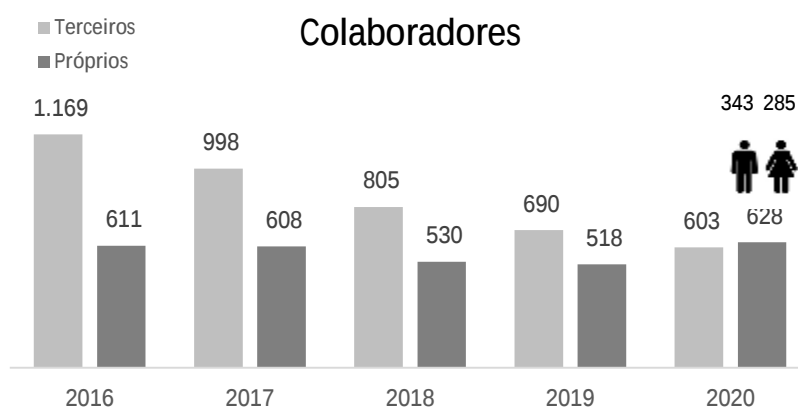
fauna nativa e segurança para os usuários da via.

Sustentabilidade dos Negócios

PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA

A pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus mudou nossas vidas de uma forma nunca imaginada. Afetou nossas famílias, a economia, a comunidade e nosso estilo de vida. Desta forma, alguns processos internos da CART precisaram ser reestruturados para garantir a proteção dos nossos colaboradores e, consequentemente, seus familiares, usuários e toda a sociedade. E esta passou a ser nossa prioridade.

Neste sentido, e visando o cumprimento das *guidelines* fornecidas pelas autoridades nacionais e internacionais, a CART disponibilizou a todos os colaboradores kits preventivos para combate à covid, contendo álcool em gel, máscaras, material informativo, flanela para limpeza de mesas, frasco para spray de álcool e squeeze individuais. Passou a adotar a modalidade de teletrabalho para algumas categorias, sem impactar qualquer execução dos serviços prestados. Para as atividades que continuaram na modalidade presencial, foi criada medidas de proteção específicas, tais como disponibilização de EPIs próprios e produtos de desinfecção. Diversas campanhas educativas foram veiculadas nos canais de comunicação internos, com informações atualizadas, medidas de distanciamento social em contexto de trabalho. Foi criado também, um comitê interno de enfrentamento à Covid-19, formado pela equipe gerencial da concessionária e representantes dos setores de recursos humanos, segurança do trabalho e

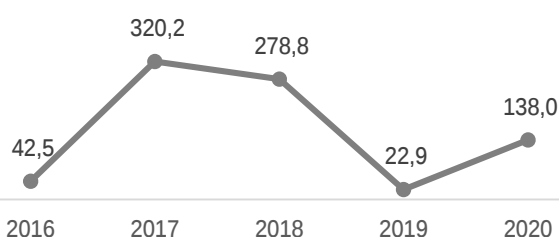


diretoria, que avalia cada processo do plano operacional com o objetivo de assegurar que todos os colaboradores estejam protegidos. Pensando também em seus usuários a CART realizou diversas ações de saúde junto aos motoristas, na semana nacional de trânsito, como testes rápidos de covid, orientações sobre higiene bucal e alimentação saudável.

Além dessas, outras ações foram realizadas no ano de 2020, tais como: setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul.

Desta forma, a CART encontra-se totalmente empenhada em proteger os seus colaboradores e em manter a excelência na entrega de serviços aos seus usuários.

Taxa de Gravidade
(Nº dias perdidos e debitados / homem-hora trabalhada x 1.000.000)



Taxa de Frequência
(Nº de funcionários acidentados / homem-hora trabalhada x 1.000.000)



ÉTICA E COMPLIANCE

Em outubro de 2020, foi realizada a semana de compliance, a semana contou com uma programação completa, e contou com a participação de todos os colaboradores. Este tipo de ação, tem como objetivo compartilhar os principais normativos e processos e destaca a importância da transparência e da ética nas relações cotidianas, o cumprimento do contrato de prestação de serviços, bem como a utilização adequada do Canal de Denúncia.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Ações de Enfrentamento à COVID-19

A CART realizou doações de equipamentos ao Hospital Estadual de Bauru e Hospital Regional de Presidente Prudente. Ao todo foram doados R\$ 1,4 milhões, beneficiando 113 municípios e uma população superior a 2,5 milhões de pessoas.

Foram doados ainda R\$ 500 mil aos hospitais filantrópicos de Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo, além de R\$ 150 mil em cestas básicas por meio do Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo.

Ao todo as contribuições ultrapassaram os R\$ 2 milhões.

Incentivo ao Esporte Armador

O município de Bauru permite o repasse de parte do ISS – 5% (cinco por cento) -, devido ao Município à pessoa física ou jurídica cuja natureza seja esportiva e não tenha fins lucrativos – Lei Municipal n.

3.791/94.

Diante de tal previsão, a CART optou por destinar referido montante à Associação Nova Era de Tênis de Mesa de Bauru, entidade referência no ensino e treinamento do tênis de mesa, cuja equipe foi eleita a melhor no Estado de São Paulo e a segunda no Brasil. Além deste reconhecimento, a entidade conta com 5 entre os 20 melhores atletas do mundo em suas respectivas categorias.

MEIO AMBIENTE

Sempre vigilante às questões ambientais, a CART monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela Alta Direção através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Dentre algumas iniciativas voltadas para o meio ambiente desenvolvidas ao longo de 2020, destaque para:

Programa de Proteção à Fauna

Projeto pioneiro no Brasil que consiste na implantação de estruturas de travessia (passagens de fauna e telamento, para condução segura dos animais) e de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança. Foram implantadas mais de 120 passagens de Fauna nas rodovias da CART (Eng. João Batista Cabral Rennó – SP 225, Orlando Quagliato – SP 327 e Raposo Tavares – SP 270). Verificou-se recuo no número de animais avistados sobre a rodovia, representando mais segurança aos motoristas e a própria fauna.

Projeto de Reflorestamento – Zona de Amortecimento ESEC – Mico-Leão-Preto

O Projeto de Reflorestamento tem como premissa promover a recomposição florestal de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal no Assentamento Santa Maria II, administrado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Marabá Paulista/SP.

A área em questão está contemplada no Plano de Manejo da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, mais especificamente em sua Zona de Amortecimento, definida como Área Estratégica Externa prioritária de conectividade.

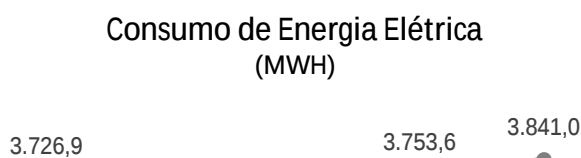
Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos:

Consumo de Água

Entre os meses de abril e maio de 2020 foi iniciado plano de contingência contra o Covid-19 adotando-se maior frequência na lavagem de praças. Especificamente em maio ocorreu na P03 danos no encanamento entre o poço e reservatório, sendo realizados reparos.



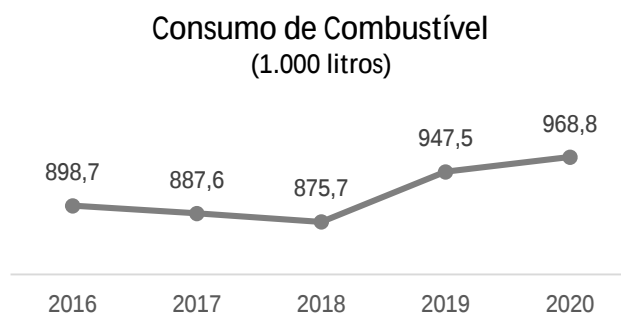
Consumo de Energia



No ano de 2020, houve um aumento de consumo devido à ativação de novos SATs e dois novos PGFs (Posto Geral de Fiscalização) .

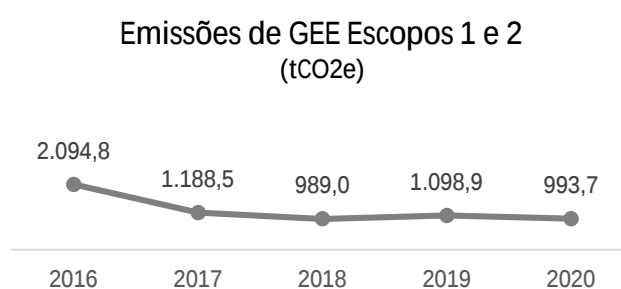
Consumo de Combustível

O aumento no consumo de combustível é reflexo de algumas internalizações realizadas no ano de 2020, bem como incremento da frota.



Emissões de GEE (Escopo 1 e 2) ¹

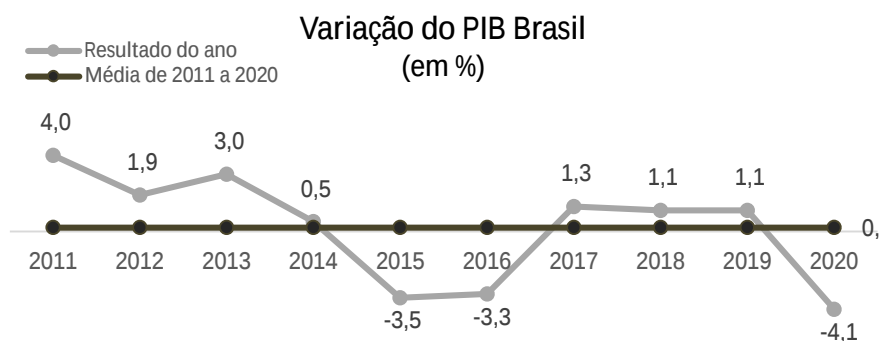
A queda no volume de emissões de GEE está relacionado a diminuição no consumo de combustíveis fósseis no ano de 2020.



Resultados

CONTEXTO ECONÔMICO

Nos últimos anos o país tem passado por um período de fraco desempenho em termos econômicos. O Produto Interno Bruto (PIB) da última década registrou crescimento médio anual de 0,2%. Este ritmo mais lento de crescimento, teve como consequências o retrocesso em algumas questões sociais, como os níveis de emprego e renda, a retração nos investimentos, a baixa performance do setor produtivo além do abalo nos níveis de confiança dos mercados e das famílias.



No ano de 2020 o PIB registrou uma queda de -4,1%, essa queda interrompeu o crescimento de três anos consecutivos, de 2017 a 2019, quando o PIB acumulou alta de 4,6%.

A queda em 2020 é reflexo da pandemia do novo Coronavírus, as companhias, o mercado e a população em geral esperam que os governos implementem rapidamente as medidas emergenciais e as reformas necessárias para mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no desenvolvimento econômico e social do país.

Neste momento, não é possível passar uma expressão exata das eventuais consequências do avanço do Coronavírus para a continuidade dos negócios e/ou para as estimativas contábeis. No entanto, não se pode descartar que algumas medidas que já vem sendo implementadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade e à paralisação de alguns setores, continuarão afetando negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Não é possível precisar por quanto tempo essas medidas irão perdurar, mas a administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados à COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação e juros que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

Inflação e Juros	2020	2019	Δ
IPCA Últimos 12 meses	4,52%	4,31%	0,2 pp
CDI Final do Período	1,90%	4,40%	-2,5 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	2,76%	5,94%	-3,2 pp
TJLP Final Período	4,55%	5,57%	-1,0 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	4,87%	6,20%	-1,3 pp

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=5>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

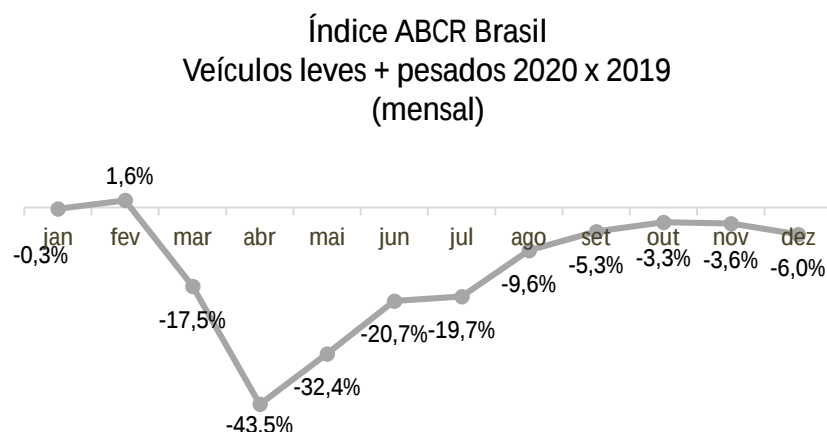
<http://www.portaldefinancas.com/>

RESULTADOS OPERACIONAIS

Varição no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/20 sobre Jan/Dez/19): Brasil	-17,1%	-1,4%	-13,3%
Acumulado do 3º trimestre (Out-Dez/20 sobre Out-Dez/19): Brasil	-7,0%	4,2%	-4,3%

¹Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

²Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>



Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam uma queda no tráfego em 2020, ocasionada, principalmente, pela pandemia do novo Coronavírus. Desde seu anúncio, o tráfego nas rodovias acumularam significativas quedas, tendo seu pico nos meses de abril a junho.

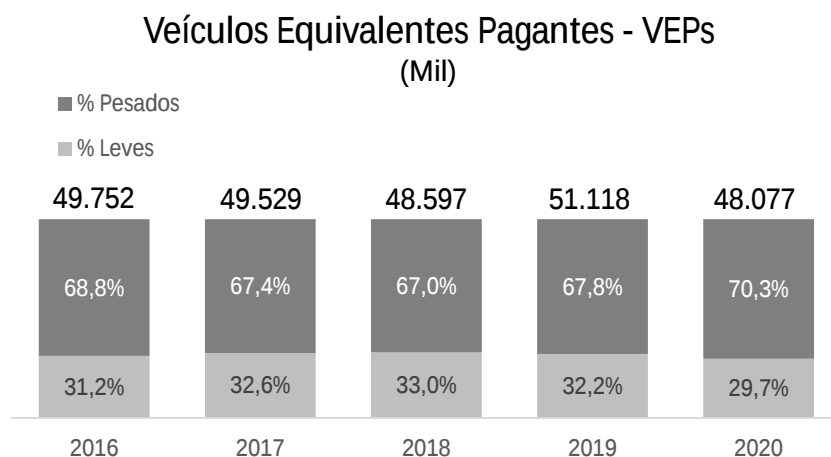
No acumulado do ano a queda foi de -13,3%, sendo -17,1% para os veículos leves.

Desempenho Operacional (Mil)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
VEPs ¹	13.594	12.957	4,9%	48.077	51.118	-5,9%
Veículos Leves	4.281	4.443	-3,6%	14.295	16.445	-13,1%
Veículos Pesados	9.313	8.514	9,4%	33.782	34.672	-2,6%
Tráfego ²	6.561	6.612	-0,8%	22.574	25.099	-10,1%
Veículos Leves	4.331	4.498	-3,7%	14.477	16.660	-13,1%
Veículos Pesados	2.117	1.995	6,1%	7.671	7.971	-3,8%
Veículos Isentos	113	120	-5,8%	426	468	-9,0%
Tarifa Média (R\$)	8,07	8,01	0,7%	8,05	7,75	3,9%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

A CART registrou 48,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2020, uma queda de -5,9% em relação ao ano anterior. No 4T20, as nove praças de pedágio da CART registraram 13,6 milhões de VEPs, um crescimento de 4,9% em relação ao mesmo período de 2019.



A proporção de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, foi maior em 2020 comparado a 2019.

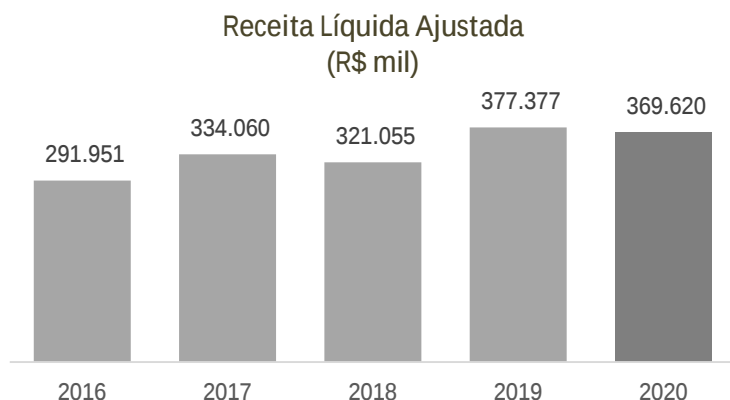
RESULTADOS FINANCEIROS

Receitas

Receita Operacional (R\$ mil)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Receita Bruta	143.587	153.687	-6,6%	499.874	550.502	-9,2%
Receitas com Pedágio	109.735	103.796	5,7%	387.081	396.103	-2,3%
Receitas Acessórias	4.298	4.411	-2,5%	17.460	17.268	1,1%
Receita de Construção (IFRS)	29.553	45.481	n.m	95.333	137.131	n.m
Receita Bruta Ajustada ¹	114.034	108.206	5,4%	404.542	413.371	-2,1%
Deduções da Receita Bruta	(9.912)	(9.319)	6,4%	(34.921)	(35.994)	-3,0%
Receita Líquida Ajustada ¹	104.122	98.887	5,3%	369.621	377.377	-2,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

Em junho de 2020, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o prazo adicional de quatro meses para a atualização contratual anual das tarifas de pedágio para as rodovias estaduais paulistas, que, perante ao contrato, são reajustadas em 01 de julho. Em outubro de 2020, foi publicado no mesmo meio oficial, o reajuste correspondente, observada a variação do IPCA no período de maio de 2019 a maio de 2020, no índice de 1,88%,. A nova tarifa passou a vigorar à partir de 01 de dezembro de 2020.



A Receita Líquida Ajustada da Companhia diminuiu em -2,1% em 2020, atingindo R\$ 369,6 milhões. A queda de -2,3% nas Receitas com Pedágio em 2020 em relação a 2019 são explicadas pelos efeitos advindos da pandemia do novo Coronavírus e pela postergação da atualização contratual anual das tarifas de pedágio.

Custos e Despesas

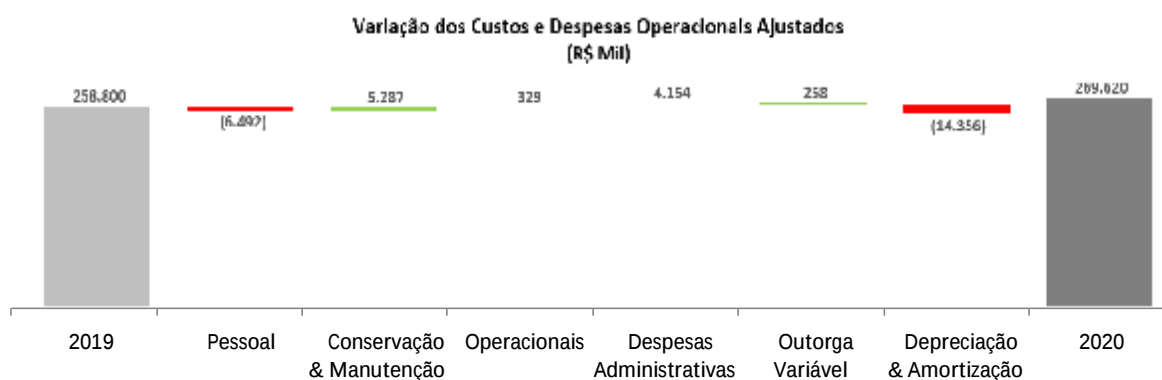
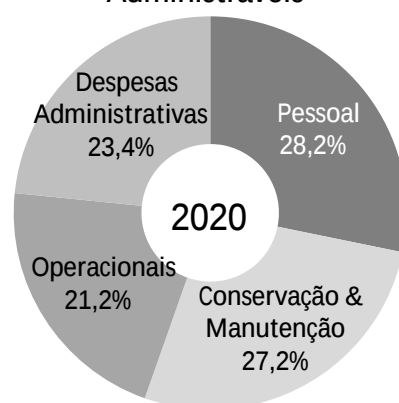
Custos e Despesas (R\$ mil)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Pessoal	(12.587)	(8.398)	49,9%	(38.929)	(32.437)	20,0%
Conservação & Manutenção	(6.393)	(9.600)	-33,4%	(37.555)	(42.842)	-12,3%
Operacionais	(7.780)	(7.206)	8,0%	(29.239)	(29.568)	-1,1%
Despesas Administrativas	(11.677)	(7.949)	46,9%	(32.283)	(36.437)	-11,4%
Custos & Despesas Administráveis	(38.437)	(33.153)	15,9%	(138.006)	(141.285)	-2,3%
Outorga Variável	(3.421)	(3.246)	n.m	(12.136)	(12.394)	n.m
Depreciação & Amortização	(30.257)	(32.282)	-6,3%	(119.478)	(105.122)	13,7%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados ¹	(72.115)	(68.681)	5,0%	(269.620)	(258.800)	4,2%
Custo de Construção (IFRS)	(29.553)	(45.481)	n.m	(95.333)	(137.131)	n.m
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8.184)	(3.698)	121,3%	(32.735)	(14.792)	121,3%
Custos & Despesas Operacionais	(109.852)	(117.860)	-6,8%	(397.688)	(410.723)	-3,2%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

No ano de 2020, os Custos & Despesas Administráveis totalizaram R\$ 138 milhões, representando uma queda de -2,3% em relação aos R\$ 141,3 milhões de 2019.

Devido a mudança no controle acionário, internalização de algumas atividades, bem como reestruturação no quadro, houve um incremento nos custos com Pessoal, por outro lado, este aumento foi compensado pela queda nos demais gastos administrados (Conservações & Manutenção, Operacionais e Despesas Administrativas).

Composição dos Custos e Despesas Administráveis

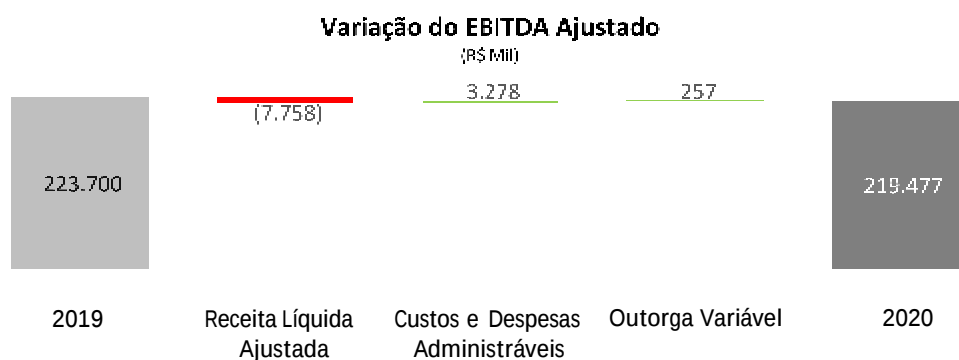


EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	251.212	52.473	378,7%	203.093	8.374	2325,3%
Resultado Financeiro Líquido	60.092	39.096	53,7%	155.610	164.151	-5,2%
IRPJ & CSLL	(287.483)	(65.058)	341,9%	(291.439)	(68.739)	324,0%
Depreciação e Amortização	30.256	32.282	-6,3%	119.478	105.122	13,7%
EBITDA ICVM 527	54.078	58.793	-8,0%	186.742	208.908	-10,6%
Margem EBITDA	40,5%	40,7%	-0,3 pp	40,2%	40,6%	-0,4 pp
Receita de Construção (IFRS)	(29.553)	(45.481)	n.m	(95.333)	(137.131)	n.m
Custo de Construção (IFRS)	29.553	45.481	n.m	95.333	137.131	n.m
Provisão de Manutenção (IFRS)	8.184	3.698	121,3%	32.735	14.792	121,3%
EBITDA Ajustado ¹	62.262	62.491	-0,4%	219.477	223.700	-1,9%
Margem EBITDA Ajustada ¹	59,8%	63,2%	-3,4 pp	59,4%	59,3%	0,1 pp

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 219,5 milhões no ano de 2020, uma queda de -1,9% em relação ao ano de 2019, já a Margem EBITDA Ajustada atingiu 59,4%. A queda no EBITDA ajustado foi ocasionada pela redução na receita de pedágio, que é explicada pela queda no tráfego em decorrência da pandemia do novo Coronavírus.



Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Resultado Financeiro	(60.092)	(39.095)	53,7%	(155.610)	(164.151)	-5,2%
Receitas Financeiras	1.848	2.211	-16,4%	4.686	7.116	-34,1%
Juros sobre aplicações financeiras	1.847	1.668	10,7%	4.558	6.517	-30,1%
Outros	2	543	-99,7%	128	599	-78,6%
Despesas Financeiras	(61.940)	(41.307)	50,0%	(160.296)	(171.267)	-6,4%
Comissões e despesas bancárias	(382)	(531)	-28,1%	(1.014)	(13.676)	-92,6%
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(4.790)	(9.938)	-51,8%	(29.216)	(41.800)	-30,1%
Variação monetária passiva	(43.924)	(13.439)	226,8%	(66.071)	(47.603)	38,8%
Juros sobre debêntures	(10.008)	(17.362)	-42,4%	(61.039)	(67.836)	-10,0%
Outros	(2.836)	(36)	7777,8%	(2.956)	(352)	739,8%

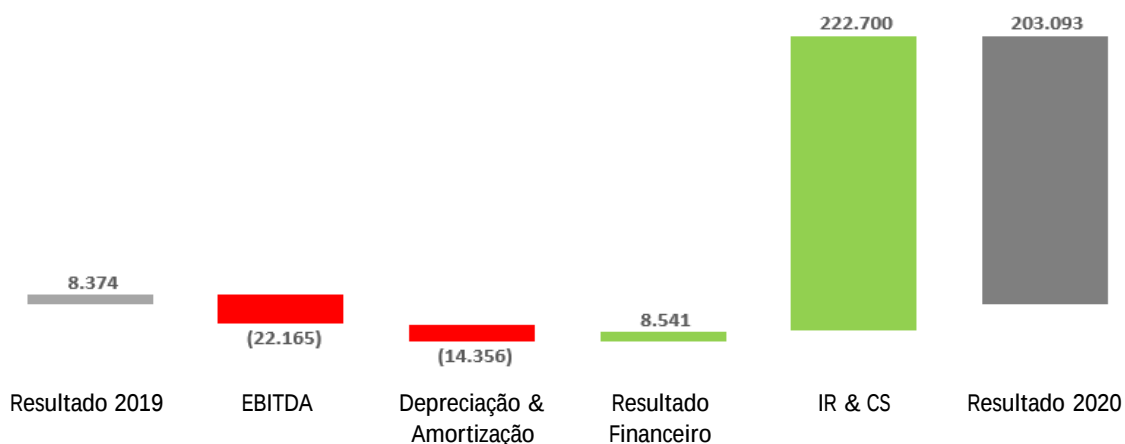
No exercício de 2020, o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 155,6, uma queda de -5,2% em relação ao exercício de 2019, explicada pela diminuição do saldo de endividamento.

Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Lucro do Exercício	251.213	52.471	378,8%	203.093	8.374	2325,3%

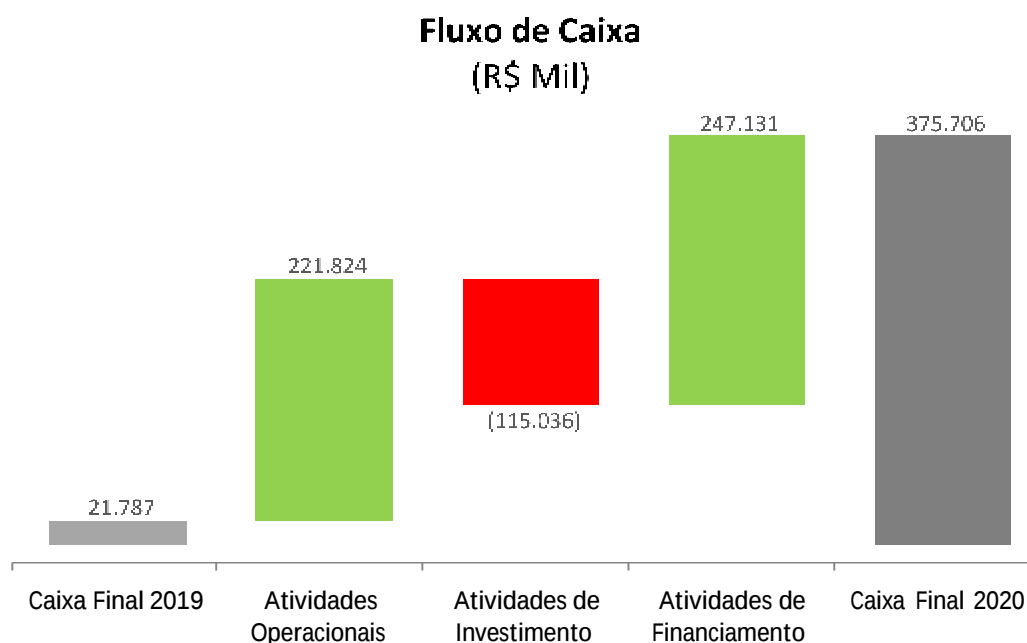
A CART apresentou um Lucro Líquido de R\$ 203,1 milhões no ano de 2020, um aumento expressivo em relação ao ano de 2019, explicado principalmente pelo reconhecimento do IRPJ e CSLL diferidos, vide nota explicativa 5b.

Evolução do Resultado (R\$ Mil)



FLUXO DE CAIXA

O saldo final de caixa da Companhia ficou maior em 2020, com R\$ 375,7 milhões, devido principalmente a maior geração de caixa nas Atividades de Financiamento.



ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$)	2020	2019	Δ
Dívida Bruta	(1.367.227)	(1.445.335)	-5,40%
Curto Prazo	(256.251)	(190.729)	34,35%
Empréstimos e Financiamentos	(129.041)	(140.143)	-7,92%
Debêntures	(127.210)	(50.586)	151,47%
Longo Prazo	(1.110.976)	(1.254.606)	-11,45%
Empréstimos e Financiamentos	(253.714)	(316.100)	-19,74%
Debêntures	(857.262)	(938.506)	-8,66%
Disponibilidades	458.814	89.299	413,79%
Caixa e equivalentes de caixa	375.706	21.787	1624,45%
Aplicações Financeiras Vinculadas ¹	83.108	67.512	23,10%
Dívida Líquida Ajustada	(908.413)	(1.356.036)	-33,01%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados

No exercício de 2020, a Companhia apresentou uma Dívida Líquida de R\$ 908 milhões, representando uma redução de 33,0% em relação ao ano anterior. Essa redução ocorreu em função do fluxo de amortização de dívida e pelo aumento do saldo de caixa.

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	2020	2019	Δ
Investimento Total	99.441	130.064	-23,54%
Imobilizado	4.108	1.308	214,07%
Intangível	95.333	128.756	-25,96%
Direito de Concessão (Investimento)	95.333	128.756	-25,96%

Ao longo de 2020 a Companhia investiu R\$ 99,4 milhões destinados, principalmente, aos projetos de conservação especial do pavimento.

Considerações Finais

PERSPECTIVAS E PLANOS

A CART seguirá direcionada para a excelência na gestão de suas rodovias, que são relevantes para a fluidez do transporte de cargas entre os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, com qualidade e segurança para os usuários. Investimentos importantes foram concluídos nos últimos anos, como a duplicação de trechos, conclusão de alças de acesso e retorno, viadutos e passarelas.

Além disso, programas iniciados em 2020, tais como: ESG (sigla em inglês para ambiente, social e governança corporativa), um conjunto de políticas voltadas à sustentabilidade e o INOVACART, um programa voltado à inovação, foram consolidados.

Por fim, a Companhia espera que sejam rapidamente implementadas as medidas necessárias para mitigar os efeitos da disseminação da COVID-19. A Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

AUDITORES INDEPENDENTES

A CART utiliza os serviços de auditoria independente da Grant Thornton Auditores Independentes desde 01 de abril de 2016. No exercício encerrado em dezembro de 2020, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Bauru, 29 de março de 2021

Diretor de Relações com Investidores

Gilson Carvalho

Anexos

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T20	4T19	p	2020	2019	Δ
Receita Bruta	143.587	153.687	-6,6%	499.874	550.502	-9,2%
Receitas com Pedágio	109.735	103.796	5,7%	387.081	396.103	-2,3%
Receitas Acessórias	4.298	4.411	-2,5%	17.460	17.268	1,1%
Receita de Construção (IFRS)	29.553	45.481	n.m	95.333	137.131	n.m
Deduções da Receita Bruta	(9.912)	(9.319)	6,4%	(34.921)	(35.994)	-3,0%
Receita Líquida	133.675	144.368	-7,4%	464.953	514.508	-9,6%
Custos & Despesas	(109.852)	(117.859)	-6,8%	(397.688)	(410.724)	-3,2%
Pessoal	(12.587)	(8.398)	49,9%	(38.929)	(32.437)	20,0%
Conservação & Manutenção	(6.393)	(9.600)	-33,4%	(37.555)	(42.842)	-12,3%
Operacionais	(7.780)	(7.206)	8,0%	(29.239)	(29.568)	-1,1%
Outorga Variável	(3.421)	(3.246)	n.m	(12.136)	(12.394)	n.m
Despesas Administrativas	(11.677)	(7.949)	46,9%	(32.283)	(36.437)	-11,4%
Custo de Construção (IFRS)	(29.553)	(45.481)	n.m	(95.333)	(137.131)	n.m
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8.184)	(3.698)	121,3%	(32.735)	(14.792)	121,3%
Depreciação & Amortização	(30.257)	(32.282)	-6,3%	(119.478)	(105.122)	13,7%
RESULTADO OPERACIONAL	23.822	26.509	-10,1%	67.265	103.786	-35,2%
Resultado Financeiro	(60.092)	(39.095)	53,7%	(155.610)	(164.151)	-5,2%
Receitas Financeiras	1.848	2.211	-16,4%	4.686	7.116	-34,1%
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.847	1.668	10,7%	4.558	6.517	-30,1%
Outros	2	543	-99,7%	128	599	-78,6%
Despesas Financeiras	(61.940)	(41.307)	50,0%	(160.296)	(171.267)	-6,4%
Comissões e despesas bancárias	(382)	(531)	-28,1%	(1.014)	(13.676)	-92,6%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.790)	(9.938)	-51,8%	(29.216)	(41.800)	n.m
Variação monetária passiva	(43.924)	(13.439)	226,8%	(66.071)	(47.603)	38,8%
Juros sobre debêntures	(10.008)	(17.362)	-42,4%	(61.039)	(67.836)	-10,0%
Outros	(2.836)	(36)	7777,8%	(2.956)	(352)	739,8%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(36.271)	(12.587)	188,2%	(88.346)	(60.365)	46,4%
Imposto de Renda Diferido	211.181	47.837	341,5%	214.089	50.543	323,6%
Contribuição Social Diferida	76.302	17.221	343,1%	77.349	18.196	325,1%
IR & CSL	287.484	65.058	341,9%	291.439	68.739	324,0%
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO	251.213	52.471	378,8%	203.093	8.374	2325,6%

Ativo (R\$ Mil)	2020	2019
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	375.706	21.787
Contas a receber	27.193	22.998
Estoques	2.004	2.104
Tributos a recuperar	1.152	1.899
Adiantamentos	4.858	2.164
Partes relacionadas	115	521
Total do Circulante	411.028	51.473
Ativo não Circulante		
Impostos diferidos ativos	369.154	77.715
Depósitos judiciais	19.637	19.047
Outros	9	9
Imobilizado	6.170	3.806
Intangível	2.303.470	2.325.896
Total do Não Circulante	2.698.440	2.426.473
TOTAL DO ATIVO	3.109.468	2.477.946

Passivo (R\$ Mil)	2020	2019
Passivo Circulante		
Fornecedores	28.287	44.694
Empréstimos e financiamentos	129.041	140.143
Debêntures	127.210	50.586
Tributos a recolher	4.292	4.464
Obrigações com empregados e administradores	6.289	6.077
Concessão de serviço público	1.157	1.099
Partes relacionadas	262	4.363
Receita Diferida	12.697	9.060
Outros	72	865
Total do Circulante	309.307	261.351
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	170.607	249.211
Debêntures	857.262	937.883
Provisão para riscos processuais	82.854	66.887
Receita diferida	36.925	39.129
Provisão para manutenção	165.978	133.243
Total do Não Circulante	1.313.626	1.426.353
TOTAL DO PASSIVO	1.622.933	1.687.704
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.560.500	1.560.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	660.200	167.000
Prejuízos Acumulados	(734.165)	(937.258)
Total do Patrimônio Líquido	1.486.535	790.242
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.109.468	2.477.946

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 29 de março de 2021, referente às demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e com as opiniões expressas no relatório de opinião dos auditores externos da Grant Thornton Auditores Independentes.